



ASSISTOLIA FETAL

Resolução CFM nº 2.378/2024

Conselho Federal de Medicina

Raphael Câmara Medeiros Parente

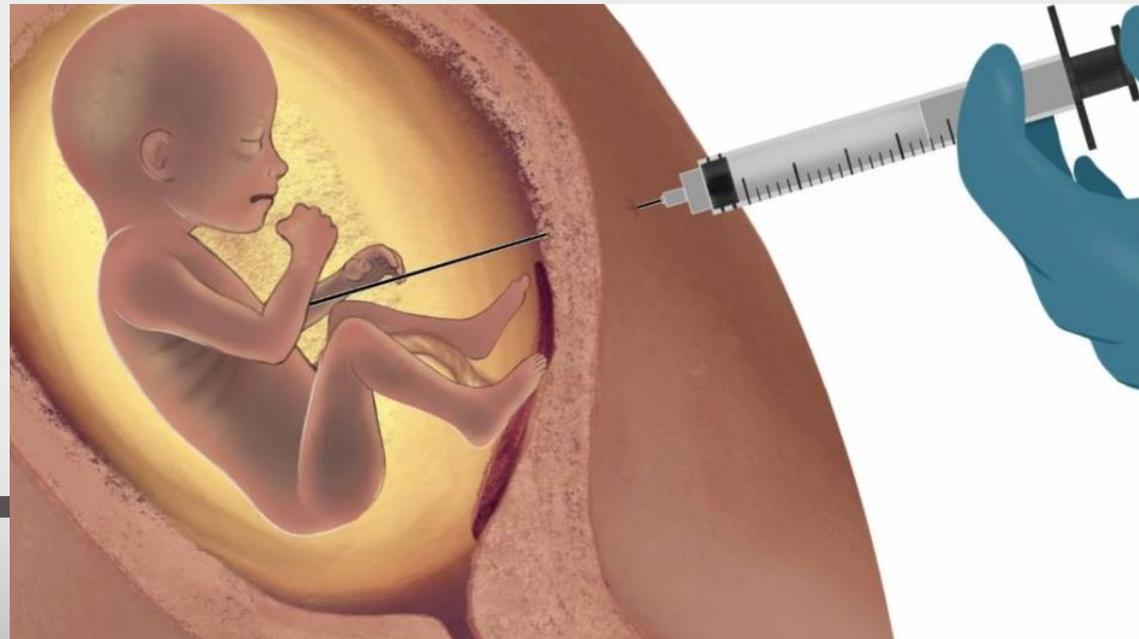
Conselheiro Federal do Rio de Janeiro

PhD, MSc, MD



O QUE É ASSISTOLIA FETAL?

- Ato médico que ocasiona o feticídio (óbito do feto) antes do procedimento de interrupção da gravidez - quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas.
- É realizado nos casos de aborto oriundo de estupro
- É induzido por administração de drogas no feto. Geralmente, substâncias como cloreto de potássio e lidocaína são injetadas no coração do feto.



O QUE DIZ A RESOLUÇÃO DO CFM?

- Veda ao médico realizar a assistolia fetal previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional a partir de 22 semanas, nos casos de aborto previsto em lei oriundo de estupro.
- Considerando que, a partir da 22ª semana gestacional, há viabilidade de vida extrauterina do nascituro, como já estabelecido pela embriologia, a realização da assistolia fetal a partir dessa idade não tem previsão legal, é antiética e vedada ao médico.



Assistolia com cloreto de potássio proibida para animais e pena de morte

RESOLUÇÃO Nº 1000, DE 11 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições lhe conferidas pelo artigo 16, alínea 'f', da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968,

considerando que a eutanásia é um procedimento clínico e sua responsabilidade compete privativamente ao médico veterinário;

considerando que os animais submetidos à eutanásia são seres sencientes e que os métodos aplicados devem atender aos princípios de bem-estar animal,

RESOLVE:

Art. 14. Os métodos de eutanásia aceitáveis e aceitos sob restrição encontram-se listados no **Anexo I** desta Resolução.

Art. 15. São considerados métodos inaceitáveis:

X - uso isolado de bloqueadores neuromusculares, cloreto de potássio ou sulfato de magnésio;



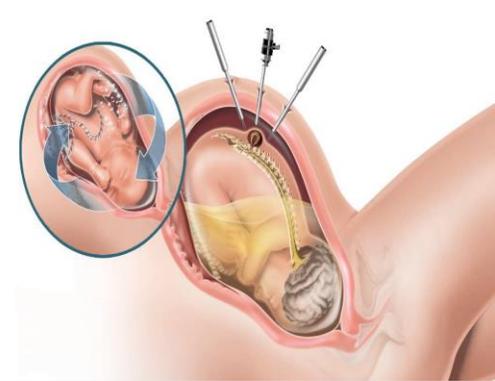
Sensação de dor no bebê viável

- Não há consenso de que a dor fetal não é possível antes de 23 semanas. Muitos artigos discutindo dor fetal especularam um limite inferior para dor fetal abaixo de 20 semanas de gestação. Vários artigos já foram publicados sugerindo que a necessidade do córtex para a experiência da dor pode ter sido exagerada. Um estudo, por exemplo, demonstrou experiência contínua de dor em um paciente com extenso dano às regiões corticais geralmente consideradas necessárias para experiência de dor. Com 12 semanas de gestação, ocorrem as primeiras projeções do tálamo para a subplaca cortical. O que poderia regredir ainda mais a idade gestacional para a sensação de dor por parte do feto (Derbyshire, 2020). É um tema ainda em estudo e dificilmente se terá uma resposta definitiva brevemente.

- Derbyshire S, Bockmann J. Reconsidering fetal pain. J Med Ethics. 2020 Jan;46(1):3- . doi: 10.1136/medethics-2019-105701.



Anestesia para fetos em cirurgias fetais



- 23 semanas de idade gestacional, submetida à cirurgia fetal intra-uterina, sob anestesia geral associada à peridural contínua. No pré-operatório utilizaram-se indometacina (50 mg por via retal), e como medicação pré-anestésica midazolam (2 mg por via venosa). No espaço peridural injetou-se bupivacaína a 0,25% com adrenalina (25 mg) associada à fentanil (100 µg), seguida de passagem de cateter cefálico, para analgesia pós-operatória. Após histerotomia, a região fetal a ser operada foi exposta e a analgesia e imobilidade fetal, foram obtidas com a associação fentanil (10 µg.kg⁻¹) e pancurônio (0,1 mg.kg⁻¹) administrada na região glútea fetal. Estudos têm demonstrado que a manipulação cirúrgica de fetos não anestesiados resulta em estimulação do sistema nervoso autônomo, com repercussões na frequência cardíaca, aumento dos níveis hormonais e da atividade motora fetal, alterações que podem ser abolidas com adequada anestesia.

- Cauldwell CB - Anesthesia for fetal surgery. *Anesthesiol Clin North America*, 2002;20:211-226.
- Anestesia para correção intra-útero de mielomeningocele: relato de caso / Anesthesia for intrauterine myelomeningocele correction: case report. [Braga, Angélica de Fátima de Assunção; Rev. bras. anesthesiol](#); 55(3): 329-335, maio-jun. 2005.



Ausência de vantagens para a assistolia

- Em relação ao tempo de duração da indução de parto entre aquelas que fizeram uso da assistolia fetal e aquelas que não fizeram uso, estudo brasileiro publicado em 2008 mostrou que não houve diferença de tempo nem de efeitos colaterais entre 146 pacientes
- A lotação de UTIs neonatais é por bebês advindos de alto risco materno e seria inconcebível matar esses bebês mesmo com o risco da prematuridade
- Outro estudo sul-africano publicado em 2019 com 144 mulheres com desenho do tipo caso-controle apresentou resultado semelhante

REFS: Silva, LV, et al. Feticide does not modify duration of labor induction in cases of medical termination of pregnancy. *Fetal Diagn Ther* 2008;23(3):192-7.

ŞIK, A, et al. Does feticide shorten termination duration in second trimester pregnancy terminations? *Afr Health Sci* 2019;19(1):1544-53.



Assistolia pode ser danosa

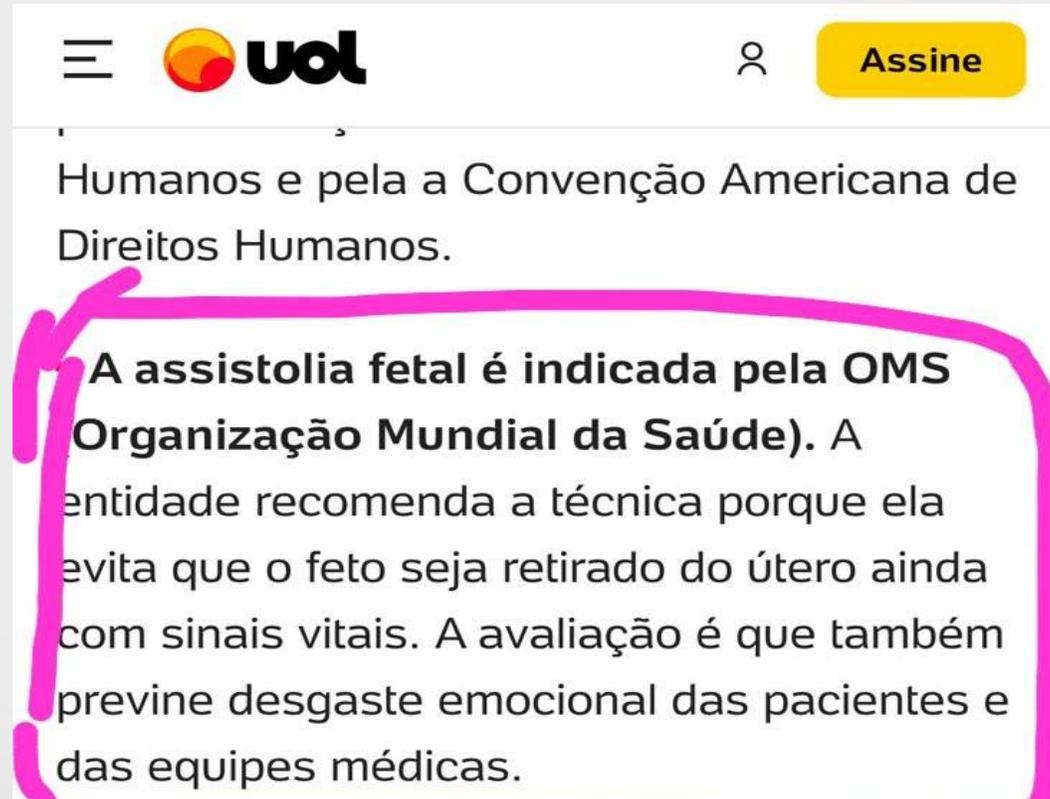
- O único suposto benefício da assistolia é a mãe não ouvir o choro do bebê.
- as complicações podem incluir infecção materna, internação hospitalar e nascimento com vida em situações não planejadas.
- Revisão sistemática de 2020 evidenciou taxa mais alta de eventos adversos maternos graves em pacientes recebendo drogas feticidas do que naquelas situações em que as mulheres não receberam tais medicamentos. Um estudo incluído na revisão comparando dilatação e esvaziamento uterino com ou sem digoxina prévia para morte fetal encontrou mais aborto espontâneo, infecção e reinternação no grupo que recebeu digoxina 1 mg intrafetal ou intra-amniótica.

REFS: Sium A, Tufa TH. Effectiveness of intra-cardiac lidocaine and intra-amniotic digoxin at inducing fetal demise before second trimester abortion past 20 weeks at a tertiary Hospital in Ethiopia: A retrospective review. *Contraception*: X 2022;4:1-5.

Lohr PA, Parsons JH, Taylor J, Morroni C. Outcomes of dilation and evacuation with and without feticide by intra-cardiac potassium chloride injection: a service evaluation. *Contraception*: X 2018;98:100-5.



Vantagens?!



Humanos e pela a Convenção Americana de Direitos Humanos.

A assistolia fetal é indicada pela OMS (Organização Mundial da Saúde). A entidade recomenda a técnica porque ela evita que o feto seja retirado do útero ainda com sinais vitais. A avaliação é que também previne desgaste emocional das pacientes e das equipes médicas.



O QUE CABE AO ESTADO?

- Ultrapassado o marco temporal de 22 semanas, é possível preservar o direito da gestante à interrupção da gravidez originada por estupro e o direito à vida do nascituro por meio do parto prematuro, devendo ser assegurada toda tecnologia médica disponível para sua sobrevivência após o nascimento.
- Ao Estado, cabe a aplicação de opções estabelecidas em lei de tutela e acolhimento para garantir que não haja contato indesejado, evitando, assim, o agravamento do sofrimento materno e preservando a vida extrauterina do recém-nascido, prática esta própria da Medicina.



Impasse Medicina x Direito Penal

- Para a Medicina, a definição de aborto é até 22 semanas ou 500 gramas.
- Para o Direito, até logo antes de nascer.
- OMS em 2022, por pressão de militantes, criou o aborto induzido que é o aborto que o médico quer matar o bebê independente de idade gestacional.
- Em 1940, não existia assistolia fetal ou ultrassonografia (1973, no Brasil).



sunto. Mas quando se fala de direitos reprodutivos das mulheres, não querem ouvir as pessoas da área. Trabalham com seus dogmas, sem evidências científicas ou respeito às recomendações da Organização Mundial de Saúde. Foge do que deveria ser uma democracia laica.



Olimpio Moraes / GINECOLOGISTA

Médico de centro de referência de aborto legal em PE explica por que procedimento é realizado após 22 semanas e crítica projeto de lei que equipara prática a homicídio



'80% DOS ESTUPROS SÃO CONTRA MENINAS E MUITAS NEM SABEM O QUE É GRAVIDEZ'

CONSCIÊNCIA

En 2020, o ginecologista Olimpio Moraes, diretor médico do Centro de Referência de Aborto Legal do Hospital de Especialidades da Universidade Federal de Pernambuco, explicou ao jornal *Veja* que a maioria dos casos de aborto legal em Pernambuco são realizados após 22 semanas de gestação. Moraes também explicou que a maioria dos casos de aborto legal em Pernambuco são realizados após 22 semanas de gestação.

O

"Estados mostram que a maioria é de adolescentes e jovens, mas isso não é um impedimento, é uma recomendação".

"Portaria orienta que o serviço ocorra até 22 semanas, mas isso não é um impedimento, é uma recomendação".

Muitos médicos negam ajuda, erram, pecam

informações erradas sobre conduta legal.

Usam a objeção de consciência de forma antética

"Muitos médicos negam ajuda, erram, pecam

informações erradas sobre conduta legal.

Usam a objeção de consciência de forma antética

com o intuito de não ajudar, erram, pecam

informações erradas sobre conduta legal.

Usam a objeção de consciência de forma antética

com o intuito de não ajudar, erram, pecam

informações erradas sobre conduta legal.

Usam a objeção de consciência de forma antética

com o intuito de não ajudar, erram, pecam

informações erradas sobre conduta legal.

Usam a objeção de consciência de forma antética

com o intuito de não ajudar, erram, pecam

informações erradas sobre conduta legal.

Usam a objeção de consciência de forma antética

mas. A vontade da criança e a saúde pode para a mãe para continuar. O caso é grave. O Supremo Tribunal Federal disse que não há direito à vida. Não é aborto porque não há vida. Não há vida combinada e, ao invés de cumprir um dever, comparece a cada no fim da gestação. Tudo isso precisa ser discutido com a mulher e com o médico. Ela precisa saber o que está fazendo. É um direito protegido por lei.

É um caso de risco de morte para a mãe? Também pode ser necessário o parto até 22 semanas?

Histórias em que a mãe tem um risco de morte por exemplo, com 22 semanas, não há risco de morte para a mãe. Há casos de risco de morte para a mãe com 22 semanas e parto de aborto. Uma grande vantagem, não há risco de morte para a mãe. Há casos de risco de morte para a mãe com 22 semanas e parto de aborto. Uma grande vantagem, não há risco de morte para a mãe.

Quem presta o procedimento é considerado um médico de plantão?

A medicina é um procedimento que segue orientação da OMS e da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetria para evitar que o feto com 20 semanas nascendo vivo. Se nasce vivo, isso causa sofrimento. Vai para cuidados paliativos, fica na UTI, vive pouco tempo. E se sobreviver é com sequelas graves. Não é justo uma mulher sair da maternidade com um feto que ela não quer, que vai ter um custo para o resto da vida. Os estudos mostram que é indolor para o feto. Com o feto morto, se induz o aborto, e será expulso via vaginal. Não é um parto. Outra mentira é que esse procedimento é feito com oito ou nove meses. Isso não ocorre.

Como é a distribuição dos serviços de saúde que realizam o aborto legal?

O Brasil é um país centralizado em que apenas 10% dos municípios têm serviço de aborto legal. De 100 serviços cadastrados, apenas 10 têm serviço de aborto legal. Há uma distribuição desigual de serviços de saúde que realizam o aborto legal. Há uma distribuição desigual de serviços de saúde que realizam o aborto legal.

Qual o impacto de gestações não planejadas?

Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil.

Qual o impacto de gestações não planejadas?

Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil.

Qual o impacto de gestações não planejadas?

Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil. Há pelo menos 14 milhões de gestações não planejadas no Brasil.

A assistolia é um procedimento que segue orientação da OMS e da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetria para evitar que o feto com 20 semanas nascendo vivo. Se nasce vivo, isso causa sofrimento. Vai para cuidados paliativos, fica na UTI, vive pouco tempo. E se sobreviver é com sequelas graves. Não é justo uma mulher sair da maternidade com um feto que ela não quer, que vai ter um custo para o resto da vida. Os estudos mostram que é indolor para o feto. Com o feto morto, se induz o aborto, e será expulso via vaginal. Não é um parto. Outra mentira é que esse procedimento é feito com oito ou nove meses. Isso não ocorre.

lei. Muitos médicos negam ajuda, enrolam, passam informações erradas. Usam a objeção de consciência de forma antiética porque está no código médico que ela não pode causar danos ao paciente. Nos países europeus o médico não tem direito de objeção de consciência. Não posso causar dano a alguém por causa da minha crença. Se o

Consequências da suspensão

☰ **GAZETA DO POVO** ASSINE

| Assistolia fetal

PSOL pressiona para que STF garanta aborto até 9 meses

17/07/2025 17:26



☰ **FOLHA DE S.PAULO** SAIR

★★★

ABORTO • TODAS

Mesmo com fila da endometriose zerada, SP não reativa serviço de aborto em hospital de referência

Prefeitura justificou suspensão dos procedimentos no Hospital Vila Nova Cachoeirinha pela necessidade de priorizar cirurgias envolvendo a saúde da mulher

Esse tempo foi curto porque, em maio, um improvável aliado veio ao auxílio da esquerda e de movimentos feministas: o [ministro do STF Alexandre de Moraes](#), que por anos antes de assumir no tribunal foi associado [pelo campo à direita](#). Em questão de meses, o magistrado [suspendeu a resolução do CFM](#), determinou que São Paulo estabelecesse serviços para interrupções mais avançadas e impediu conselhos regionais de medicina de [acessarem dados de pacientes que as realizaram](#).

PUBLICIDADE

A reação conservadora veio do Congresso, com a aprovação da urgência do [PL 1904/24](#), que [equipara o aborto acima de 22 semanas ao crime de homicídio](#). "Nós vimos que o nosso sonho, do [Estatuto do Nascituro](#), estava ficando mais longe e vimos que seria um caminho do meio lidar com a questão das 22 semanas", afirma o autor do projeto, deputado [Sóstenes Cavalcante](#) (PL-RJ).

☰ **agênciaBrasil** 35 ANOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | CULTURA | DIREITOS HUMANOS

Saúde

Moraes proíbe acesso aos prontuários de mulheres que realizaram aborto

Acesso está proibido em todos os hospitais do estado de São Paulo

ANDRÉ RICHTER - REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL

Publicado em 12/12/2024 - 17:42 Brasília



© BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Não existe direito ao aborto!

☰ **GAZETA DO POVO** ASSINE

> Opinião > Artigos

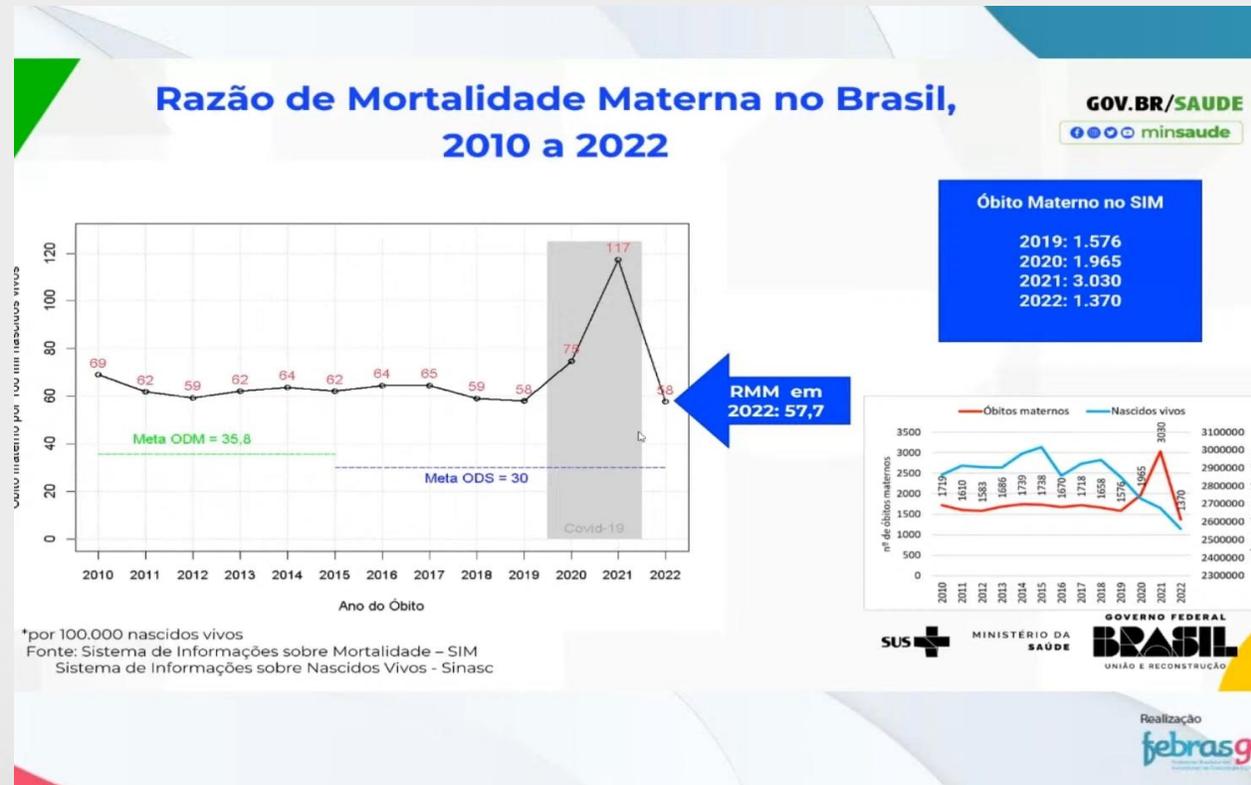
▮ Ives Gandra e Raphael Câmara

Não existe direito adquirido ao aborto “legal”

Por Ives Gandra da Silva Martins e Raphael Camara Medeiros Parente
12/11/2024 08:02



2022: a menor mortalidade materna da história do Brasil



Uma gestão focada na saúde materna sem estímulo ao aborto obtém os melhores resultados da história mesmo após a pandemia. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=B7HQkK5K1dA&t=1888s>